



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

DILEMAS E POTENCIALIDADES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA BÁSICA

*Prof. Dr. Francisco Willams Campos Lima (UEPA) – willamscampos@yahoo.com.br
Maria Gorete Rodrigues de Brito (PPEB/UFPA) – mariagoretebrito2011@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho tematiza a política de gestão democrática na escola básica, tendo como *lócus* de investigação o conselho da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Maria Morais, situada no município de Ananindeua - PA. Para tanto, objetivou-se analisar aspectos que informam a perspectiva de gestão democrática a partir da atuação do órgão colegiado que tem como uma de suas incumbências prioritárias democratizar as relações de poder mediante a participação dos segmentos da comunidade escolar. Por considerar que o fenômeno investigado precisava ser concebido em sua dimensão histórica, optou-se pela pesquisa qualitativa, destinada à captação de “aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem” (CHIZZOTTI, 2008, p. 79). Para a coleta de dados, empreendeu-se um estudo bibliográfico e documental em fontes primárias, entre as quais investigou-se as atas das reuniões plenárias deste órgão alusivas ao período de 2012 a 2018, correspondentes a três mandatos de gestão, com a finalidade de compreender o processo de descentralização das políticas educacionais, com enfoque na gestão democrática, por meio da atuação dos conselhos escolares e sua relação com a gestão da escola de educação básica. As atas passaram a ser compreendidas como documentos históricos que revelam a trajetória político-institucional do conselho escolar na escola de educação básica. As consignações desses documentos permitiram inferir que o processo de participação política passou a ser caracterizado de contradições, uma vez que se constam avanços na direção do empoderamento da classe trabalhadora que se encontra representada nesse colegiado, cujas demandas e reivindicações quando manifestadas nas reuniões plenárias foram, conseqüentemente, atendidas pela direção da escola. Este aspecto passou a ser compreendido como uma das potencialidades na atuação do conselho escolar. Porém, considera-se que foram identificados, por outro lado, retrocessos compreendidos como desafios a serem enfrentados na perspectiva da democratização da escola, uma vez que a pesquisa demonstrou que na maioria das pautas das reuniões foram priorizados aspectos relacionados à aplicação dos recursos públicos, sugerindo que a atuação do conselho escolar, no período histórico analisado, deixou de contemplar os princípios da gestão democrática para atender à lógica gerencial, como forma de materialização das políticas de descentralização. Dessa forma, constituiu-se, fundamentalmente, em uma unidade executora de recursos públicos, em detrimento de seu papel político e pedagógico, o que concorreu para o enfraquecimento de sua atuação, no âmbito da escola básica.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Gestão Democrática. Políticas Educacionais.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tematiza a política de gestão democrática na escola básica, tendo como *locus* de investigação o conselho escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Maria Morais, situada no município de Ananindeua - PA. Trata-se de uma instituição de ensino que comprova a composição do mencionado órgão desde sua instalação e funcionamento no município de Ananindeua – PA. Vale ressaltar que até a penúltima edição (2017), a escola vinha conquistando o primeiro lugar do IDEB no segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) entre todas as escolas da rede pública do estado do Pará. Este fato passou a ser instigante do ponto de vista epistemológico, na medida em que poderia ser associado à perspectiva de gestão.

Assim, objetivou-se analisar como se configurava a gestão democrática mediante a atuação do órgão colegiado que tem como uma de suas incumbências prioritárias descentralizar as relações de poder, de modo a possibilitar a participação dos segmentos da comunidade escolar, na discussão de questões pedagógicas e administrativas.

Por considerar que o fenômeno investigado precisava ser concebido em sua dimensão histórica, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, que se destina à captação de “aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem” (CHIZZOTTI, 2008, p. 79). Para a coleta de dados, empreendeu-se um estudo bibliográfico e documental, entre as quais investigou-se fontes primárias, quais sejam: a normatização do Sistema Municipal de Ensino (Resolução 012/2012 – CME) que trata do funcionamento dos conselhos escolares, o regimento interno e as atas das reuniões plenárias do conselho escolar, alusivas ao período de 2012 a 2018, o que compreende três mandatos consecutivos.

Dessa forma, o presente trabalho se encontra organizado em duas partes, sendo que na primeira procuramos discutir dilemas da gestão democrática nas políticas educacionais, com ênfase na escola básica. Na segunda, são evidenciados os dados da pesquisa documental, que são analisados, a partir do referencial teórico adotado, o que permitiu compreender a trajetória política e institucional do conselho escolar, com seus dilemas e contradições no contexto da gestão da escola básica.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2 DILEMAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2.1 A gestão democrática nas políticas educacionais

Para compreender a perspectiva de gestão democrática que vem sendo pautada nas políticas educacionais, nas últimas décadas, faz-se necessário situar o movimento histórico que deu origem a esse debate. Portanto, pode-se compreender que a discussão sobre democracia, com suas inegáveis repercussões na escola pública, é resultante de lutas e movimentos empreendidos na década de 1980 pela democratização das relações de poder no país e, conseqüentemente, na educação.

Trata-se de conquista histórica, desde a década de 1990, convertida em atos legais, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9394/1996), do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 10.172/2011) e, atualmente, e do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). Em todas essas referências normativas, a gestão democrática aparece como princípio basilar, para a conquista do direito à educação de qualidade social.

Apesar dos avanços verificados na legislação educacional em vigor, a gestão democrática continua sendo entendida como uma grande utopia, que, por conseguinte, ainda precisaria ser materializada por meio da implementação de políticas públicas. Para tanto, parte-se do pressuposto de que a educação é acima de tudo uma prática social, sendo, pois, constitutiva e constituinte das relações sociais no contexto em que o ser humano se encontra inserido, isto é, nos espaços que dão origem a distintas concepções de homem, mundo e sociedade. Nessa perspectiva, Dourado (2007, p. 923), explica que:

Tal concepção significa que a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. (DOURADO, 2007, 923).

No contexto de organização do Estado capitalista, que revela profundas contradições no campo político e ideológico, a concepção de educação sustentada nesse trabalho implica o reconhecimento do papel estratégico da escola, que poderá contribuir para a emancipação dos sujeitos e, conseqüentemente, o reconhecimento de direitos sociais da classe trabalhadora quanto ao acesso aos bens culturais produzidos historicamente pela humanidade.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Assim, pressupõem-se que as políticas educacionais a serem implementadas pelo Estado, em relação à escola pública, deveriam concorrer para o fortalecimento da gestão democrática, por meio implementação de processos coletivos de deliberação. Entretanto, presencia-se, ainda hoje, o discurso em torno da necessidade de “descentralização” da gestão estatal, para que haja mais eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas.

Entretanto, a descentralização anunciada no plano teórico não se concretizou no sentido da democratização da gestão das políticas educacionais. Ao contrário, pesquisas já realizadas a esse respeito, comprovam que houve apenas desconcentração de ações na área da educação de forma muito mais efetiva, por meio, inclusive, de programas de iniciativa do Governo Federal (PERONI, 2003; OLIVEIRA, 2000; CURY, 2002, entre outros). Nesse sentido, Dourado (2007, p. 937) explica que “ocorre a transferência de competências de um ente federado para outro”, fato este que resulta na manutenção de ações pontuais e focalizadas de apoio técnico e financeiro, em detrimento de ampla política de planejamento, financiamento e gestão da educação básica.

Essa perspectiva de descentralização traz profundos impactos, por exemplo, para a gestão da escola, que, devido ao repasse de recursos públicos de Programas oriundos do Governo Federal, por exemplo, passaram a ser organizadas em função da lógica gerencial. Dessa forma, a ênfase do trabalho das instituições de ensino recaiu sobre a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, deixando de atender seus verdadeiros fins políticos e sociais da escola pública.

Na opinião de Dourado (2007, p. 924), é preciso resgatar o verdadeiro papel da escola como instituição social, “que tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício *stricto sensu*.” Essa perspectiva, impõe ainda o reconhecimento da escola como espaço de desenvolvimento de práticas educativas que não podem ser compreendidas a partir da lógica de cunho gerencial. Portanto, precisa ser considerada eminentemente em seu sentido político-social, isto é, em sua natureza educativa e em suas finalidades, com suas prioridades institucionais, assim como a partir de processos de participação e decisão, que podem ser promovidos em âmbito local.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2.2 A gestão democrática na escola básica

Considera-se que o princípio da gestão democrática, consagrado na Constituição Federal de 1988 e ratificado na Lei 9394/1996, é imprescindível para a organização da escola básica, mantida pelo poder público, compreendido, também, como esfera estatal. Assim, um dos aspectos a serem observados para efetivação desse princípio, diz respeito à constituição de órgãos colegiados ou equivalentes a conselhos escolares (artigo 14 da Lei 9394/1996). Porém, transcorridos trinta e dois anos da Carta Magna e mais de duas décadas LDB, ainda são identificados problemas em relação à observância desse princípio constitucional.

Argumenta-se, entretanto, que quando não se observa a democracia como princípio organizativo da escola pública, fragiliza seu sentido como espaço de construção coletiva, onde as relações são construídas de forma horizontalizada e descentralizada, no tocante à concepção de poder, presente em sua dinâmica interna de funcionamento. Porém, muitos são os clamores, no sentido de buscar reverter essa lógica de escola que se sustentou, historicamente, a partir dos princípios liberais, que ainda hoje defendem o esvaziamento do sentido “público”, que lhe caracteriza, para que seja incorporada uma lógica privativista, assentada na hierarquização e no controle das instâncias governamentais a que estão submetidas, em detrimento da participação efetiva das classes trabalhadoras, que se encontram presentes em seu cotidiano.

Nesse sentido, como afirma Paro (2016):

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É esse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola (p. 15).

Com efeito, essa transformação que possibilite resgatar o papel da escola pública, passa necessariamente pela ampliação dos espaços de participação e de intervenção da classe trabalhadora, que precisa se reconhecer também na composição dos órgãos colegiados, a exemplo dos conselhos escolares. Argumenta-se, assim, que essa classe se encontra distribuída em segmentos distintos da comunidade escolar, compreendidos como: pais, professores, técnicos e gestores (embora sejam responsáveis pela efetivação das determinações de diretrizes governamentais), além da categoria de discentes, quando estudantes da educação de jovens e adultos.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Portanto, quando o princípio da gestão democrática é observado de acordo com a perspectiva assinalada por este trabalho, poderá romper com o paradigma de gestão vigente, uma que vez que pressupõe a distribuição de poder para que haja, de fato, apropriação pela classe trabalhadora, do trabalho da escola, que passa a definir seus rumos, a partir de um consenso construído coletivamente, em meio, também, a divergências.

Porém, como argumenta Paro (2016), é preciso transformar o sistema de autoridade hierárquico que se consolidou na gestão da escola pública, a começar pela compreensão do trabalho do diretor (a), que vem definindo e materializando, em nível micro, a lógica de gestão que se tem, ainda hoje. Para isso, recomenda que seja considerada a dupla contradição relacionada, por exemplo, ao exercício do cargo de diretor de escola hoje, pois por um lado esse personagem é considerado a autoridade máxima no interior da escola, mas “acaba se constituindo, de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da Lei e da Ordem na escola, em mero preposto do Estado” (PARO, 2016, p. 15). Por outro, a competência técnica e o conhecimento adequado da administração moderna dos recursos da escola, mas, por outro, não se fazem acompanhar pela necessária autonomia em relação aos escalões superiores, aliada à precariedade das condições de trabalho da escola pública.

Considera-se que superação desse dilema é importante, mas para que isso possa acontecer, implica reavaliar a constituição da escola pública em seus meandros, isto é, e sua lógica de construção histórica, onde algumas figuras, como evidenciado anteriormente, assumiam proeminência, em função da manutenção da lógica do estado capitalista. Nesse modelo de escola, a classe trabalhadora foi destituída de sua competência técnica e política para atuar, em favor, exclusivamente, de uma organização que tem como fundamento o gerencialismo e a hierarquização de funções.

Assim, precisa-se, antes de tudo, resgatar o papel político a ser exercido pelos trabalhadores, que numa escola, essencialmente pública, exerce o protagonismo, no sentido de questionar, inclusive, a razão de ser desse espaço, que deveria existir para atender às demandas das classes subalternizadas, como reparação do direito público subjetivo, a uma educação de qualidade social e não apenas para legitimar as funções de um estado assistencialista, na perspectiva sustentada por Libâneo (2012), quando se refere à escola que sobrou para os pobres.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Em meio às contradições e dilemas ora evidenciados, deve-se questionar se é possível pensar numa escola pública, apropriada pela classe trabalhadora, que seja capaz de superar o eufemismo que, historicamente, se convencionou tratar o público como sinônimo de “estatal”.

Para além da acepção dos termos, compreende-se que a escola, para que seja pública precisa se reconhecer como espaço democrático de construção, isto é, como projeto no seu “dever a ser” e não como algo dado, explicado, mormente, apenas em razão de sua manutenção pelo poder estatal. Nesse sentido, corrobora-se com Paro (2016), quando faz menção ao público e o relaciona com a qualidade dos serviços educacionais a serem oferecidos à população, ao argumentar que “a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso mais geral e indiferenciado a uma boa educação escolar”.

Acrescenta-se, ainda, de acordo com Libâneo (2012), a necessidade de superação do dualismo presente na escola pública, que pressupõe a construção de uma escola que visa à formação cultural e científica e que se considere que “essa formação se destina a sujeitos diferentes já que a diferença não é uma excepcionalidade da pessoa humana, mas condição concreta do ser humano e das situações educativas” (LIBÂNEO, 2012, p. 26). Essa equidade é importante quando se evoca a necessidade de construção de uma escola verdadeiramente pública, que contemple a pluralidade de sujeitos que demandam atendimento educacional.

Nessa perspectiva, argumenta-se no sentido de que essas diferenças signifiquem, em suma, que a classe trabalhadora seja devidamente atendida com serviços educacionais de qualidade, e que esses serviços estejam a serviço de seus interesses. Trata-se, por conseguinte, numa forma de minimizar a dívida social, que em grande medida, agravada, ainda hoje, devido à perspectiva antidemocrática da escola pública, que vem deixando de cumprir suas funções sociais no tocante ao direito à aprendizagem dos segmentos sociais mais empobrecidos da população.

Portanto, o princípio da gestão democrática precisa ser efetivado, sobretudo na escola básica, a fim de que sejam minimizados ou até mesmo superados, por meio de processos contra hegemônicos, problemáticas históricas, que se explicam também pela distorção do sentido público atribuído à educação.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2.3 A trajetória político-institucional do conselho escolar

Nesta seção, são analisados os dados da pesquisa documental, em fontes primárias, compreendendo 14 atas de reuniões alusivas a três mandatos (período de 2012-2018), o regimento interno do conselho escolar e a Resolução 012/2012 – CME, que normatiza a gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino, onde a escola se encontra inserida.

Nessa perspectiva, considerou-se necessário, inicialmente, examinar a organização deste órgão, o que permitiu constatar que se encontra compatível, no plano teórico, com a normatização mencionada. Portanto, em sua composição política foi observado o princípio da paridade, estabelecido para unidades educacionais de médio porte (de 1001 a 2000 alunos), nos termos da Resolução 012/2012 – CME. Assim, tal composição passou a ser disciplinada no regimento do conselho escolar, compreendendo 2 professores, 2 coordenadores pedagógicos, 2 funcionários de serviços administrativos e de apoio, 2 alunos com idade a partir de 12 anos, 2 pais ou responsáveis e 2 representantes da comunidade civil organizada. O diretor, nesse contexto, configurou-se como exceção à regra, sendo considerado membro nato. Dessa forma, o colegiado se encontrava constituído de 13 representantes de segmentos da comunidade escolar.

Observou-se ainda que o regimento interno do conselho escolar estabeleceu que as reuniões plenárias deveriam ocorrer uma vez por mês, com a finalidade de tratar assuntos relacionados às questões administrativas, pedagógicas e financeiras, dispositivo este que se encontra em conformidade as regras do Sistema Municipal de Ensino.

Assim, com base nas informações constantes da Resolução 012/2012 – CME e do regimento interno, buscou-se caracterizar a trajetória política do conselho escolar, considerando o nível de participação dos sujeitos sociais na arena pública¹, no período delimitado para a presente pesquisa. Dessa forma, a Tabela 1 traduz, em números, dados compatibilizados com as informações extraídas das atas das reuniões, conforme o demonstrado a seguir:

Tabela 1 – Participação dos conselheiros nas reuniões do conselho escolar

Mandatos	Nº de reuniões		Presença Ideal	Presença Efetiva	Média de Participação
	Previstas	Realizadas			
2012-2014	22	06	78	46	7,66

¹ O sentido atribuído diz respeito ao espaço público de deliberação coletiva, onde poderão ser construídos consensos, mesmo sendo considerada a possibilidade de divergências políticas (COSTA, 2002).



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2014-2016	22	04	52	34	8,50
2016-2018	22	04	52	34	8,50

Fonte: Pesquisadores, 2019.

Os documentos em referência comprovam a realização de 14 reuniões, nos três biênios, sendo que o maior número ocorreu no último mandato de gestão do órgão (2016-2018). Porém, o quantitativo de plenárias realizadas, em cada período, distancia-se significativamente do número previsto. A performance evidenciada nos três mandatos do conselho escolar comprova que a mencionada instância colegiada não desempenhou sistematicamente suas funções no contexto de organização da escola, deixando, assim, de exercer influência direta na discussão de temas relacionados às questões pedagógicas e administrativas.

Entretanto, pode-se constatar por meio do registro de uma das atas, correspondente ao mandato 2016-2018, que essa problemática havia sido pauta de reivindicação de uma das categorias que representa a classe trabalhadora, conforme o registrado na ata do dia 05 de maio de 2017:

O conselho escolar precisa se reunir mais vezes durante o ano, para que possamos tratar das problemáticas presentes na nossa escola. Ponderou que as decisões tomadas não são coletivas. Argumentou ainda o representante da categoria dos professores, que as reuniões não deveriam tratar apenas de recursos públicos e resultados do IDEB.

Embora tenham sido constatados registros de falas argumentando acerca da necessidade de reuniões mais frequentes do conselho escolar, essa reivindicação não se converteu em mudanças na dinâmica de funcionamento do órgão, o que pode ser comprovado por meio da Tabela 1, demonstrada anteriormente e do registro da mencionada ata. Esta constatação confirma que a escola se organizou em função da lógica gerencial (DOURADO, 2007), para obtenção, inclusive de resultados nas avaliações de larga escala, a exemplo do IDEB, deixando, assim, de se constituir num espaço público, que pudesse ser apropriado pela classe trabalhadora, como assevera Paro (2016).

De fato, constatou-se, que no decorrer dos três mandatos, a aplicação de recursos públicos, provenientes de transferências governo Federal, via FNDE, na forma de Programas como PDDE, PPDE Qualidade, PDDE Acessibilidade, PDDE Mais Educação, PDDE Atleta na Escola, entre outros, ocupou predominantemente as pautas, o que corresponde a



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

aproximadamente a 86%; enquanto que assuntos como organização interna do órgão e temas relacionados à prática pedagógica ocuparam um pouco mais de 7%.

Tal constatação serve para corroborar a perspectiva de descentralização da União em relação aos demais entes federados, aspecto que mais se aproxima ao modelo de desconcentração, na perspectiva de Peroni (2003). Dessa forma, os conselhos escolares, a exemplo da escola pesquisada, desempenharam, nesse contexto, a função de unidades executoras de recursos públicos, em detrimento do seu papel político e pedagógico na gestão de instituições de ensino que ofertam níveis e modalidades da educação básica (DOURADO, 2007; CURY, 2002).

Embora, as pautas das reuniões, discorressem fundamentalmente sobre questões relacionadas à aplicação de recursos públicos, em contrapartida, a classe trabalhadora, representada pelo segmento de pais e responsáveis, apresentou suas reivindicações no tocante à organização de aspectos pedagógicos da escola, o que teria sido acatado pela direção da escola, conforme o registrado na ata do dia 05 de setembro de 2013.

Constatou-se, assim, posicionamentos significativos de segmentos que representam a mencionada classe trabalhadora, com implicações para a organização pedagógica da escola. Todavia, pode identificar nas atas do período analisado, que a categoria que mais exerceu influências na arena pública diz respeito ao segmento que integra o corpo técnico e administrativo da escola.

Dessa forma, as pautas foram definidas, majoritariamente, pela direção da escola, o que pode significar que o conselho escolar deixou de exercer uma função mais propositiva na gestão da escola. Os registros comprovam ainda que o colegiado em referência funcionou, na maioria das vezes, como um órgão meramente consultivo ou espaço informativo de decisões precisam apenas ser referendadas, como pode ser constatado na ata do dia 05 de janeiro de 2015.

Considera-se que embora tenha sido verificado um número expressivo de representantes da classe trabalhadora nas reuniões do conselho escolar, os registros das atas não permitiram identificar um movimento contra hegemônico, no sentido da construção de pautas que pudesse interessar ao conjunto dos segmentos representados no espaço público, como a melhoria dos serviços educacionais, por exemplo. Tal constatação serviu para confirmar que órgão deixou de



XII ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

um espaço de empoderamento da classe trabalhadora, o que contribui para esvaziar o sentido da escola em sua dimensão pública.

3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, como demonstrado, objetivou analisar a atuação do conselho escolar da Escola Municipal José Maria Morais, partindo-se do pressuposto de que uma de suas funções preponderantes consiste na democratização das relações de poder. Dessa forma, as atas consideradas documentos históricos, possibilitam revelar a trajetória política e institucional do mencionado órgão, com seus dilemas e possibilidades na democratização da escola pública.

Portanto, as potencialidades identificadas estão relacionadas à busca da participação da classe trabalhadora, compreendendo pais, professores e servidores de apoio, que se fizeram representar em todas as reuniões do conselho escolar, mesmo não tendo exercido hegemonia, uma vez que a pesquisa comprovou que o segmento com maior influência na arena pública integrava o corpo administrativo da escola.

Por outro lado, foram evidenciados desafios que precisam ser enfrentados na perspectiva da democratização da gestão da escola, uma vez que, na atuação do conselho escolar, foram priorizados aspectos relacionados à aplicação dos recursos públicos, o que teria contribuído para caracterizá-lo como unidade executora de recursos públicos.

Nesse sentido, a gestão da instituição de ensino deixou de conferir a devida centralidade às questões político-pedagógicas, passando a atender aos ditames de uma lógica que se sustenta em princípios gerenciais, servindo, assim, para a materialização de políticas de descentralização, com seus desdobramentos na organização da escola pública.

ABSTRACT

This work analyzes the policy of democratic management in the basic school, having as a locus of investigation the council of the José Maria Morais Elementary School, located in the municipality of Ananindeua - PA. In order to do so, the objective was to analyze aspects that inform the perspective of democratic management based on the work of the collegiate body that has as one of its priority tasks democratizing the power relations through the participation of the segments of the school community. Considering that the phenomenon investigated needed to be conceived in its historical dimension, we opted for qualitative research, aimed at capturing "specific aspects of data and events in the context in which they occur" (CHIZZOTTI, 2008, p.79). For the data collection, a bibliographic and documentary study was carried out in primary



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

sources, among which the minutes of the plenary meetings of this organ referring to the period from 2012 to 2108, corresponding to three management terms, were investigated, with the purpose of to understand the process of decentralization of educational policies, with a focus on democratic management, through the performance of school councils and their relationship with the management of the basic education school. The minutes are now understood as historical documents that reveal the political-institutional trajectory of the school council in the elementary school. The assignment of these documents made it possible to infer that the process of political participation was characterized by contradictions, since there are advances in the direction of the empowerment of the working class that is represented in this collegiate, whose demands and demands when manifested in the plenary meetings were, consequently, attended by the direction of the school. This aspect came to be understood as one of the potentialities in the performance of the school council. However, it is considered that, on the other hand, the setbacks identified as challenges to be faced in the perspective of the democratization of the school were identified, since the research showed that in the majority of the meetings, prioritized aspects related to the application of public resources, suggesting that the performance of the school council, in the historical period analyzed, failed to contemplate the principles of democratic management to meet the managerial logic, as a way of materializing the decentralization policies. Keywords: School Board. Democratic management. Educational Policies. n this way, it constituted, fundamentally, a unit that executes public resources, to the detriment of its political and pedagogical role, which contributed to the weakening of its performance, within the scope of the basic school.

Keywords: School Board. Democratic management. Educational Policies.

REFERÊNCIAS

ANINDEUA, Resolução 012 de 15 de setembro de 2012. _____, Regimento do Conselho Escolar da Escola Municipal José Maria Morais e Silva.

COSTA, Sérgio. As Cores de Ercília. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. In: Educ. Soc. v.28 n.100 Campinas out. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, a escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

OLIVEIRA, Cleiton *et al.* A municipalização do ensino no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

PARO, Victor. *Gestão democrática da escola pública*. Victor Henrique Paro – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

PERONI, V. *Política Educacional e o Papel do Estado: no Brasil dos anos de 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.